Existe uma pergunta que, embora possa parecer simples, contém um dos mistérios mais profundos de toda a fé cristã: **Jesus Cristo é o Filho de Deus ou é o próprio Deus?**

Alguns respondem que Jesus é o Filho de Deus, como se isso significasse que é inferior ao Pai. Outros afirmam que Jesus é Deus, mas parecem esquecer que Ele próprio falou constantemente do seu Pai, dirigiu-se a Ele em oração e declarou ter sido enviado por Ele. E não faltam aqueles que consideram que estas duas afirmações são contraditórias.

No entanto, a fé católica ensina algo muito mais profundo: **Jesus Cristo é verdadeiramente o Filho de Deus e verdadeiramente Deus. Não é uma criatura extraordinária, um profeta elevado a uma categoria divina nem um ser intermediário entre Deus e os homens. É Deus eterno, da mesma natureza que o Pai, que assumiu a nossa humanidade para nos salvar.**

Aqui se encontra o coração do cristianismo. Não acreditamos simplesmente que Deus enviou um homem extraordinário para nos ensinar o caminho do bem. Acreditamos que **o próprio Deus veio ao nosso encontro na pessoa de Jesus Cristo**.

Para compreender esta verdade, é necessário aprofundar o mistério da Santíssima Trindade, escutar as palavras do próprio Jesus, examinar os testemunhos dos apóstolos e compreender por que razão a Igreja defendeu desde os seus primeiros séculos a divindade de Cristo, mesmo perante controvérsias que ameaçavam alterar o fundamento da fé.

A questão, portanto, não é apenas saber quem foi Jesus. É também saber quem Ele é, quem é Deus e o que significa realmente que o Verbo eterno se tenha feito homem.

1. A resposta da Igreja Católica: as duas afirmações são verdadeiras

A resposta católica não nos obriga a escolher entre duas possibilidades. Não temos de decidir se Jesus é o Filho de Deus ou se é o próprio Deus, porque ambas as afirmações expressam uma mesma realidade a partir de perspetivas diferentes.

A Igreja professa que:

- **Jesus Cristo é o Filho de Deus:** é a segunda Pessoa da Santíssima Trindade, eternamente gerado pelo Pai.
- **Jesus Cristo é Deus:** possui plenamente a mesma natureza divina que o Pai. Não é inferior a Ele na divindade.

- **Jesus Cristo é verdadeiramente homem:** assumiu uma natureza humana completa, com corpo e alma racional, sem deixar de ser Deus.

Isto significa que Jesus não é o Pai, mas também não é um deus diferente do Pai. O Pai é Deus, o Filho é Deus e o Espírito Santo é Deus, mas não são três deuses: são três Pessoas distintas numa única e indivisível natureza divina.

O Catecismo da Igreja Católica exprime esta verdade com absoluta clareza nos seus números 464 e 469: Jesus Cristo é **verdadeiro Deus e verdadeiro homem**. Não é uma mistura de ambas as naturezas nem um ser metade divino e metade humano.

Aqui devemos deter-nos numa distinção fundamental: **uma coisa é a pessoa e outra é a natureza**.

A natureza responde à pergunta «o que é?». A pessoa responde à pergunta «quem é?».

Em Jesus Cristo existe uma única Pessoa, a Pessoa divina do Filho, e duas naturezas: a divina e a humana.

Por isso, podemos afirmar que Jesus tem fome, sente cansaço, chora, sofre e morre verdadeiramente como homem, mas também que perdoa os pecados, domina a criação e possui a glória eterna que corresponde a Deus.

Não são dois sujeitos diferentes a agir dentro de um mesmo corpo. É o mesmo Jesus Cristo que age segundo a sua natureza divina ou segundo a sua natureza humana.

Esta verdade constitui um dos pilares fundamentais da cristologia católica.

2. O que significa realmente dizer que Jesus é o Filho de Deus?

Para compreender esta questão, devemos abandonar uma interpretação demasiado humana da palavra «Filho».

Quando ouvimos dizer que Jesus é o Filho de Deus, podemos imaginar inconscientemente uma relação semelhante à que existe entre um pai e um filho humanos: um pai que existe primeiro e que, posteriormente, tem um filho.

Mas **a geração do Filho de Deus não acontece no tempo**.

O Pai não existiu durante uma eternidade sem o Filho e depois gerou-O. O Filho é eternamente gerado pelo Pai. Nunca houve um momento em que o Pai estivesse sem o Filho.

Esta é uma das verdades essenciais da fé trinitária.

A geração do Filho não é um acontecimento passado, mas uma realidade eterna. O Pai é eternamente Pai e o Filho é eternamente Filho.

O Evangelho de São João começa com palavras extraordinárias:

«No princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus, e o Verbo era Deus» (João 1,1).

O evangelista não diz que o Verbo começou a existir no princípio. Diz que já existia.

Também não diz que o Verbo era uma criatura próxima de Deus. Afirma expressamente que o Verbo era Deus.

E alguns versículos depois encontramos uma afirmação ainda mais surpreendente:

«E o Verbo fez-Se carne e habitou entre nós» (João 1,14).

Este é o fundamento bíblico da Encarnação.

O Filho eterno de Deus assumiu a nossa natureza humana e entrou na história. Aquele que existia antes de todos os séculos nasceu de uma mulher em Belém. Aquele que criou o universo aceitou ser sustentado por braços humanos. Aquele que é eterno experimentou a nossa existência temporal.

Por isso, quando falamos de Jesus, não estamos a falar de um homem que conseguiu tornar-se Deus, mas de **Deus Filho que Se fez verdadeiramente homem**.

O Filho foi criado pelo Pai?

Não. Esta questão é especialmente importante porque constitui um dos erros doutrinais mais antigos relacionados com a identidade de Jesus Cristo.

A Igreja ensina que o Filho é gerado, não criado.

A diferença é essencial:

- O que é criado recebe a existência de Deus e pertence à ordem das criaturas.
- O Filho é eternamente gerado pelo Pai e possui a mesma natureza divina.

Quando dizemos que o Pai gera o Filho, não falamos de um processo biológico, de uma separação nem de uma divisão da divindade. Utilizamos uma linguagem humana para expressar uma realidade eterna que ultrapassa a nossa capacidade de compreensão.

O Filho recebe eternamente do Pai a plenitude da única natureza divina. Não recebe uma divindade inferior nem uma parte de Deus.

Por isso, o Credo de Niceia utiliza uma expressão fundamental: **«Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai»**.

A palavra «consubstancial» significa precisamente que o Filho partilha a mesma substância divina que o Pai.

Não são dois seres divinos semelhantes. São Pessoas distintas que possuem uma única e indivisível divindade.

3. Onde diz Jesus que é Deus? As palavras do próprio Evangelho

Uma das objeções que habitualmente se apresentam é a seguinte: se Jesus é Deus, porque não Se limitou a dizer claramente «Eu sou Deus»?

A pergunta merece uma resposta séria.

Os Evangelhos não apresentam Jesus a pronunciar constantemente essa fórmula exata. No entanto, contêm afirmações, ações e declarações sobre a sua identidade que, consideradas no seu contexto judaico e no conjunto da Revelação, manifestam a sua condição divina.

Vejamos algumas das mais importantes.

«Eu e o Pai somos um»

No Evangelho de São João encontramos uma das declarações mais significativas:

«Eu e o Pai somos um» (João 10,30).

Não se trata simplesmente de uma união de vontades semelhante àquela que pode existir entre duas pessoas que partilham uma mesma missão.

O contexto é revelador. Jesus está a falar das suas ovelhas, da vida eterna que lhes concede e do facto de ninguém poder arrebatá-las da sua mão. Depois afirma que ninguém pode arrebatá-las da mão do Pai.

Os seus interlocutores compreendem a gravidade das suas palavras e pegam em pedras para O apedrejar.

A unidade de Jesus com o Pai não significa que sejam a mesma Pessoa. Significa que o Filho partilha plenamente a divindade do Pai.

A doutrina trinitária permite compreender esta afirmação sem confundir as Pessoas: **o Pai e o Filho são distintos pessoalmente, mas são um na natureza divina**.

«Antes de Abraão existir, Eu Sou»

Outra passagem extraordinária aparece em João 8,58.

Jesus declara:

«Em verdade, em verdade vos digo: antes de Abraão existir, Eu Sou».

Observemos cuidadosamente a expressão.

Jesus não diz simplesmente que existia antes de Abraão, mas utiliza a expressão «Eu Sou».

Esta declaração recorda o episódio da sarça ardente, quando Deus revela o seu nome a Moisés:

«Eu sou Aquele que sou» (Êxodo 3,14).

No contexto do Evangelho, a afirmação de Jesus vai muito além de uma simples preexistência. Manifesta uma identidade e uma existência que transcendem o tempo.

Mais uma vez, os seus interlocutores reagem com hostilidade.

A Igreja reconhece nesta passagem um testemunho especialmente importante da divindade e da preexistência eterna de Cristo.

«Quem me viu, viu o Pai»

Na Última Ceia, Filipe pede a Jesus que lhes mostre o Pai.

A resposta é surpreendente:

«Quem me viu, viu o Pai» (João 14,9).

Jesus não está a afirmar que Ele é pessoalmente o Pai. Está a revelar que o Pai Se dá a conhecer perfeitamente no Filho.

O Filho é a imagem perfeita do Pai e a sua revelação definitiva.

São Paulo desenvolve esta mesma verdade quando apresenta Cristo como «imagem de Deus invisível» (Colossenses 1,15).

Não devemos interpretar esta expressão como se Jesus fosse uma representação externa de Deus, semelhante a uma pintura que recorda uma pessoa ausente. O Filho partilha a mesma natureza divina e revela o Pai porque procede eternamente d'Ele.

Tomé: «Meu Senhor e meu Deus!»

Talvez uma das confissões mais explícitas da divindade de Cristo se encontre no final do Evangelho de São João.

Depois da Ressurreição, Tomé encontra-se com Jesus. Tinha duvidado do testemunho dos outros discípulos e queria verificar pessoalmente que o Senhor tinha ressuscitado.

Quando Jesus Se apresenta diante dele, Tomé responde:

«Meu Senhor e meu Deus!» (João 20,28).

É uma confissão extraordinária.

Tomé não chama a Jesus simplesmente mestre, profeta ou enviado de Deus. Reconhece-O como seu Senhor e seu Deus.

Jesus não rejeita esta confissão nem corrige Tomé por Lhe ter atribuído uma dignidade que não Lhe correspondesse. Pelo contrário, continua a falar da fé daqueles que acreditarão sem terem visto.

Este episódio tem uma importância especial porque mostra como a fé apostólica reconhece no Ressuscitado o próprio Deus feito homem.

O prólogo de São João: uma afirmação sem ambiguidades

Voltemos ao início do quarto Evangelho.

«O Verbo era Deus» (João 1,1).

Não estamos perante uma interpretação construída séculos mais tarde para elevar a categoria de Jesus.

A afirmação pertence ao próprio texto evangélico e faz parte do testemunho apostólico que a Igreja recebeu e transmitiu.

O Catecismo, no seu número 454, retoma expressamente este ensinamento: o nome de Filho de Deus significa a relação única e eterna de Jesus Cristo com o seu Pai, e o próprio Filho é Deus.

4. Se Jesus é Deus, porque rezava ao Pai?

Esta é provavelmente uma das perguntas mais interessantes e, ao mesmo tempo, uma das que mais confusão provocam.

Se Jesus é Deus, porque passava noites inteiras em oração? Porque Se retirava para lugares solitários para falar com o Pai? Porque ensinou os seus discípulos a rezar?

A resposta encontra-se no mistério da Encarnação.

Jesus é verdadeiramente Deus, mas também é verdadeiramente homem.

Não assumiu uma aparência humana nem representou uma humanidade fictícia. Fez-Se homem com um corpo verdadeiro, uma alma racional, uma inteligência humana e uma vontade humana.

Portanto, a sua vida de oração não era uma representação teatral.

Jesus rezava verdadeiramente como homem, dirigindo-Se ao Pai, com quem mantém desde toda a eternidade uma relação pessoal e divina.

A distinção entre o Pai e o Filho é real. Não são a mesma Pessoa.

Quando Jesus reza, não está a falar consigo mesmo como se interpretasse duas personagens. O Filho dirige-Se ao Pai.

Isto manifesta-se de maneira particularmente comovente no Getsémani:

«Meu Pai, se é possível, afaste-se de mim este cálice; contudo, não seja como Eu quero, mas como Tu queres» (Mateus 26,39).

Estas palavras revelam a profundidade da sua humanidade.

Cristo experimenta a angústia perante o sofrimento e a morte. A sua vontade humana não está anulada pela sua divindade. No entanto, permanece perfeitamente unida à vontade divina.

Aqui surge um dos grandes ensinamentos do cristianismo: Deus não nos salvou permanecendo distante do nosso sofrimento. O Filho assumiu a nossa condição humana e aceitou percorrer o caminho da obediência até à cruz.

E quando Jesus diz que o Pai é maior do que Ele?

Em João 14,28 encontramos estas palavras:

«O Pai é maior do que Eu».

Alguns utilizam este versículo para sustentar que Jesus não pode ser verdadeiramente Deus, porque Ele próprio reconhece uma superioridade do Pai.

Mas esta interpretação não tem em conta o conjunto da doutrina cristológica.

A Igreja distingue entre a natureza divina de Cristo e a condição humana que Ele assumiu na Encarnação.

Segundo a sua divindade, o Filho é consubstancial ao Pai, igual a Ele em glória e majestade.

Segundo a sua humanidade, Cristo aceitou a condição de servo, a humilhação e a obediência próprias da sua missão redentora.

São Paulo exprime esta realidade em Filipenses 2,6-8, quando ensina que Cristo, existindo na

condição de Deus, assumiu a condição de servo e humilhou-Se a Si mesmo, tornando-Se obediente até à morte, e morte de cruz.

Isto não significa que tenha deixado de ser Deus nem que a sua divindade tenha diminuído. Significa que assumiu livremente a nossa humanidade e viveu nela a obediência filial.

Portanto, **a humildade de Cristo não demonstra que Ele seja menos Deus; revela até onde chegou o seu amor por nós**.

5. A história de uma verdade defendida desde os primeiros séculos: o Concílio de Niceia

Se a divindade de Jesus Cristo aparece tão claramente na Escritura, porque foi necessário que a Igreja celebrasse concílios para a definir?

Porque desde os primeiros séculos surgiram interpretações que questionavam a verdadeira identidade do Filho de Deus.

Uma das controvérsias mais importantes foi protagonizada por Ário, um presbítero de Alexandria que sustentava que o Filho não era eterno como o Pai, mas tinha sido criado por Ele.

Segundo esta posição, Jesus Cristo não seria Deus no mesmo sentido que o Pai, mas o primeiro e mais elevado dos seres criados.

A questão não era secundária. Se Cristo fosse uma criatura, por mais extraordinária que fosse, a fé cristã ficaria profundamente alterada.

A Igreja compreendeu que aceitar aquele ensinamento significaria modificar o significado da Encarnação e da salvação.

O Concílio de Niceia do ano 325

Em 325, realizou-se o primeiro Concílio Ecuménico de Niceia, convocado durante o reinado do imperador Constantino.

A sua principal finalidade foi enfrentar a controvérsia ariana e expressar com clareza a fé da Igreja sobre a identidade do Filho.

Os Padres conciliares proclamaram que Jesus Cristo é:

- Deus de Deus.
- Luz da Luz.
- Deus verdadeiro de Deus verdadeiro.
- Gerado, não criado.
- Consubstancial ao Pai.

A palavra grega utilizada para expressar esta última afirmação foi *homoousios*, que significa «da mesma substância» ou «consubstancial».

Porque foi tão importante esta palavra?

Porque permitia excluir qualquer interpretação segundo a qual Jesus fosse uma criatura, por mais elevada que pudesse ser considerada.

O Filho não pertence ao conjunto das criaturas. É eterno, partilha a natureza divina do Pai e existe desde sempre.

O Catecismo da Igreja Católica retoma esta definição no número 465 e recorda que Niceia rejeitou expressamente a doutrina que afirmava que o Filho tinha sido criado do nada.

O Credo que continuamos a rezar

A profissão de fé de Niceia foi posteriormente desenvolvida no primeiro Concílio de Constantinopla, celebrado no ano 381.

Desta tradição provém o Credo niceno-constantinopolitano que os católicos proclamamos na Santa Missa:

«Creio num só Senhor, Jesus Cristo, Filho Unigénito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai, por meio de quem todas as coisas foram feitas».

Estas palavras não são uma fórmula decorativa nem uma repetição rotineira.

Cada vez que as pronunciamos, estamos a confessar uma verdade que a Igreja defendeu contra aqueles que pretendiam reduzir Cristo a uma criatura.

E há algo especialmente significativo: quando rezamos o Credo, não estamos a inventar a

nossa própria interpretação de Jesus. Estamos a professar a fé apostólica recebida, transmitida e definida pela Igreja.

O Concílio de Calcedónia: verdadeiro Deus e verdadeiro homem

A defesa da identidade de Cristo continuou durante os séculos seguintes.

Em 451, o Concílio de Calcedónia formulou uma declaração fundamental: Jesus Cristo é uma só Pessoa em duas naturezas, divina e humana.

Ambas as naturezas permanecem sem confusão, sem mudança, sem divisão e sem separação.

Esta definição protegia duas verdades inseparáveis:

1. Jesus é plenamente Deus.
2. Jesus é plenamente homem.

Não podemos sacrificar nenhuma das duas.

Se negarmos a sua divindade, destruímos o mistério da Encarnação.

Se negarmos a sua humanidade, esvaziamos de conteúdo o seu nascimento, o seu sofrimento, a sua morte e a sua verdadeira solidariedade connosco.

A Igreja confessa, portanto, que aquele que nasceu de Maria é o mesmo Filho eterno de Deus.

O Catecismo retoma este ensinamento no número 467, reproduzindo a doutrina de Calcedónia.

6. Como pode Jesus ser Deus se nasceu de Maria?

Aqui encontramos outro aspeto extraordinário da nossa fé.

Jesus Cristo nasceu em Belém. Foi uma verdadeira criança. Precisou de cuidados, alimentação e proteção. Cresceu numa família humana e viveu durante anos em Nazaré.

Como pode ser eterno alguém que nasceu num momento concreto da história?

A resposta encontra-se novamente na Encarnação.

Jesus não começou a existir quando nasceu de Maria. Começou então a sua existência humana na história, mas a sua Pessoa divina existe desde toda a eternidade.

O nascimento em Belém não é o início da existência do Filho, mas o início da sua vida humana entre nós.

O Evangelho de São João exprime-o de uma forma sublime:

«E o Verbo fez-Se carne e habitou entre nós» (João 1,14).

O sujeito da Encarnação é o Verbo eterno.

Não foi um homem que posteriormente recebeu a divindade. Foi o Filho de Deus que assumiu uma natureza humana no seio da Virgem Maria, por obra do Espírito Santo.

Por isso, Maria é verdadeiramente Mãe de Deus.

Esta afirmação, que pode parecer surpreendente, foi solenemente defendida no Concílio de Éfeso, no ano 431.

Porquê?

Porque Maria não é apenas a mãe de uma natureza humana separada de Deus. É a mãe de Jesus Cristo, que é uma única Pessoa divina.

Maria não é anterior a Deus nem é mãe da natureza divina. Mas aquele a quem deu à luz é verdadeiramente Deus feito homem.

Por isso, a Igreja proclama-a *Theotokos*, expressão grega que significa «Mãe de Deus».

Esta verdade tem uma consequência espiritual imensa: Deus quis entrar na nossa história através do consentimento livre de uma mulher.

O Todo-Poderoso aceitou fazer-Se pequeno. O Criador aceitou receber de uma criatura a natureza humana que tinha decidido assumir.

E tudo isto pela nossa salvação.

7. Porque era necessário que Jesus Cristo fosse verdadeiramente Deus?

Poderíamos perguntar-nos se esta questão é realmente tão importante.

Não seria suficiente considerar Jesus um grande mestre espiritual, um profeta extraordinário ou um homem que mostrou o caminho do amor?

Na perspetiva cristã, não.

A divindade de Cristo não é um pormenor secundário da doutrina. É o fundamento da nossa compreensão da salvação.

Porque só Deus pode reconciliar-nos plenamente com Ele

O pecado não é simplesmente um erro moral nem um comportamento socialmente prejudicial.

É uma rutura da relação do homem com Deus.

A humanidade precisa de ser reconciliada com o seu Criador, libertada do pecado e restaurada na comunhão divina.

Jesus Cristo não vem apenas ensinar-nos como nos devemos comportar melhor. Vem salvar-nos.

Na cruz, o Filho de Deus oferece a sua vida por nós. O seu sacrifício possui um valor redentor que não pode ser comparado ao de qualquer sacrifício meramente humano.

Mas devemos compreender também que a salvação não se realiza porque Jesus é apenas Deus.

É precisamente porque é verdadeiro Deus e verdadeiro homem que pode ser nosso mediador e representante.

Como homem, pode oferecer uma obediência verdadeiramente humana ao Pai.

Como Deus, a sua Pessoa possui a dignidade divina que faz da sua entrega o sacrifício redentor de Cristo.

Porque Deus quis revelar-nos o seu rosto

No Antigo Testamento, Deus manifestou-Se através de acontecimentos, profetas, palavras e sinais.

Mas em Jesus Cristo encontramos a revelação definitiva do Pai.

A Carta aos Hebreus começa afirmando:

«Muitas vezes e de muitos modos falou Deus antigamente aos nossos pais, por meio dos profetas. Nestes últimos dias, falou-nos por meio do Filho» (Hebreus 1,1-2).

Jesus não é simplesmente mais um mensageiro dentro de uma longa sucessão de enviados.

É o Filho.

N'Ele, o próprio Deus vem ao nosso encontro.

Por isso, quando contemplamos a misericórdia de Jesus para com os pecadores, a sua compaixão pelos doentes, a sua paciência com os discípulos e a sua entrega na cruz, estamos a contemplar o amor de Deus manifestado na nossa história.

Porque só Cristo pode comunicar-nos a vida divina

A salvação cristã não consiste apenas em evitar o castigo ou receber uma recompensa depois da morte.

Consiste em entrar em comunhão com Deus.

São Pedro fala da nossa vocação a sermos «participantes da natureza divina» (2 Pedro 1,4).

Esta participação não significa que nos tornemos deuses por natureza nem que percamos a nossa identidade humana.

Significa que, pela graça, somos elevados a uma comunhão sobrenatural com Deus.

O Filho eterno fez-Se homem para que nós pudéssemos receber a vida de Deus.

Esta é uma das dimensões mais profundas da Encarnação: **Deus aproximou-Se de nós para nos elevar até Ele**.

8. O que dizem os primeiros cristãos sobre a divindade de Jesus?

A fé na divindade de Cristo não apareceu repentinamente no século IV.

Encontramo-la já nos testemunhos do Novo Testamento e nas primeiras comunidades cristãs.

Os apóstolos não apresentavam Jesus como um simples mestre moral cuja memória devia ser preservada.

Anunciavam-No como o Senhor ressuscitado, o Filho de Deus e o Salvador.

Um exemplo significativo aparece na primeira carta de São Paulo aos Coríntios:

«Para nós, há um só Deus, o Pai, de quem tudo procede e para quem existimos, e um só Senhor, Jesus Cristo, por meio de quem todas as coisas existem e por meio de quem nós também existimos» (1 Coríntios 8,6).

Esta formulação é especialmente importante porque Paulo mantém o monoteísmo e, ao mesmo tempo, inclui Jesus Cristo na identidade divina através da sua confissão como Senhor e da sua participação na criação.

Encontramos também um testemunho fundamental no hino cristológico de Filipenses 2,6-11.

São Paulo apresenta Cristo existindo na condição de Deus, assumindo a condição de servo e humilhando-Se até à morte de cruz.

Depois proclama a sua exaltação e afirma que todo o joelho se deve dobrar diante d'Ele e toda a língua confessar que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai.

Esta passagem mostra que a humildade da Encarnação e a glória divina de Cristo não se contradizem.

Santo Inácio de Antioquia

Entre os primeiros testemunhos cristãos posteriores aos apóstolos encontramos os escritos de Santo Inácio de Antioquia, bispo e mártir do início do século II.

Nas suas cartas encontramos uma confissão explícita de Jesus Cristo como Deus.

Na sua Carta aos Efésios, Inácio refere-se a Jesus Cristo como «nosso Deus».

Este testemunho tem um importante valor histórico porque mostra que a confissão da divindade de Cristo estava presente na vida da Igreja muito antes do Concílio de Niceia.

Niceia não inventou a divindade de Jesus: definiu solenemente uma verdade que a Igreja já professava e que precisava de proteger contra interpretações contrárias.

Santo Atanásio de Alexandria

No século IV, Santo Atanásio foi um dos principais defensores da divindade do Filho contra o arianismo.

A sua defesa não era uma simples disputa sobre palavras.

Compreendia que, se o Filho não fosse verdadeiramente Deus, também não poderia comunicar-nos a vida divina nem realizar plenamente a obra da nossa salvação.

Nos seus escritos sobre a Encarnação do Verbo, desenvolveu a relação entre a divindade de Cristo, a restauração da humanidade e a nossa participação na vida divina.

O seu testemunho é fundamental para compreender a continuidade entre a fé apostólica e a doutrina definida em Niceia.

9. Três erros que devemos evitar quando falamos de Jesus Cristo

A clareza doutrinal é especialmente necessária numa época em que as questões religiosas são frequentemente simplificadas até perderem o seu verdadeiro significado.

Convém identificar três erros habituais.

Primeiro erro: Jesus é um homem que foi elevado à categoria de Deus

Esta interpretação nega a preexistência eterna do Filho.

Jesus não começou por ser um homem extraordinário para depois Se tornar Deus.

É o Filho eterno que assumiu a nossa humanidade.

A sua divindade não é uma recompensa pelos seus méritos humanos.

Segundo erro: Jesus é o Pai

Esta confusão também não corresponde à fé católica.

O Pai e o Filho são Pessoas distintas.

Jesus dirige-Se ao Pai em oração, é enviado pelo Pai e fala constantemente da sua relação filial com Ele.

Se fossem uma única Pessoa, desapareceria a distinção pessoal que a Revelação nos ensina.

A Santíssima Trindade não significa que Deus interprete três papéis diferentes. Significa que no único Deus existem eternamente três Pessoas realmente distintas: Pai, Filho e Espírito Santo.

Terceiro erro: Jesus é um deus inferior ao Pai

Esta foi precisamente uma das questões centrais do arianismo.

A Igreja rejeita a ideia de que o Filho tenha uma divindade menor ou tenha sido criado num determinado momento.

O Filho é eterno e consubstancial ao Pai.

Não existem três graus de divindade nem uma hierarquia de deuses.

Existe um só Deus em três Pessoas.

10. O que significa acreditar que Jesus é Deus no mundo atual?

Poderíamos considerar que todas estas questões pertencem exclusivamente aos debates teológicos dos primeiros séculos.

No entanto, têm uma importância extraordinária para o católico de hoje.

Vivemos numa sociedade que pode admirar Jesus, citar alguns dos seus ensinamentos e até

reconhecer a sua influência histórica, mas que nem sempre está disposta a aceitar quem Ele realmente é.

É relativamente fácil apresentar Jesus como um defensor da fraternidade, um mestre da tolerância ou um exemplo de solidariedade.

Todas essas dimensões podem encontrar-se na sua vida e no seu ensinamento.

Mas reduzi-Lo a elas significa deixar de fora o essencial.

Jesus Cristo não veio apenas ensinar-nos valores humanos: veio salvar-nos do pecado e reconciliar-nos com Deus.

Não podemos separar os seus ensinamentos da sua identidade divina.

Um cristianismo sem a divindade de Cristo deixa de ser plenamente cristão

Se Jesus for apenas um mestre, podemos selecionar os seus ensinamentos de acordo com os nossos gostos pessoais.

Podemos aceitar algumas palavras e rejeitar outras. Podemos transformá-Lo num símbolo das nossas próprias convicções.

Mas se Jesus é Deus, a situação muda radicalmente.

As suas palavras não são simples opiniões religiosas. São palavras que exigem a nossa fé, a nossa conversão e a nossa obediência.

Quando Cristo diz:

«Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vai ao Pai senão por mim» (João 14,6),

não está a propor uma filosofia entre muitas outras.

Está a revelar uma verdade fundamental sobre a salvação.

Quando perdoa os pecados, não está apenas a oferecer consolo psicológico.

Quando institui a Eucaristia, não está simplesmente a organizar uma recordação simbólica da

sua morte.

Quando manda os seus apóstolos anunciar o Evangelho, não está a transmitir uma ideologia humana.

Está a comunicar a vontade de Deus.

Por isso, a divindade de Cristo transforma completamente a nossa maneira de viver a fé.

A oração muda quando compreendemos quem é Jesus

Se Jesus fosse apenas uma personagem histórica, a nossa relação com Ele dependeria da memória e da admiração.

Mas se é verdadeiro Deus, a nossa relação com Ele é uma relação viva.

Podemos adorá-Lo, pedir-Lhe perdão, confiar-Lhe as nossas preocupações e entregar-Lhe a nossa vida.

A oração cristã não consiste simplesmente em refletir sobre os ensinamentos de um homem do passado.

Consiste em entrar em comunhão com Cristo ressuscitado.

Por isso, a Igreja conserva desde as suas origens a adoração a Jesus Cristo como Senhor.

E por isso a Eucaristia ocupa um lugar central na vida católica: nela recebemos verdadeiramente Cristo, não como uma simples recordação de alguém que viveu há dois mil anos, mas como o Senhor vivo e glorioso, realmente presente na Eucaristia.

A família deve transmitir quem é verdadeiramente Jesus Cristo

Esta verdade também tem consequências para a educação cristã dos filhos.

Não basta ensinar-lhes que Jesus era bom, que ajudava os necessitados ou que falava do amor.

Tudo isso é importante, mas devemos ensinar-lhes também que Jesus é o Filho eterno de Deus, que morreu pelos nossos pecados e ressuscitou verdadeiramente.

As crianças precisam de compreender que a fé cristã não é apenas uma coleção de normas para se comportarem corretamente.

É uma relação pessoal com Deus.

Quando uma família reza, participa na Santa Missa, lê o Evangelho e ensina os seus filhos a dirigirem-se a Jesus Cristo, está a transmitir algo muito mais profundo do que uma tradição cultural.

Está a transmitir a fé.

11. Como podemos aprofundar pessoalmente este mistério?

Compreender intelectualmente a divindade de Jesus Cristo é fundamental, mas a fé não pode ficar reduzida a uma afirmação teórica.

O mistério de Cristo deve transformar a nossa vida.

Podemos começar com algumas práticas concretas.

1. Ler o Evangelho de São João.

É especialmente recomendável meditar devagar os seus primeiros capítulos. Neles encontramos algumas das declarações mais profundas sobre a identidade do Verbo, a sua relação com o Pai e a sua missão salvadora.

Não se trata de ler rapidamente, mas de parar diante de cada palavra.

2. Rezar o Credo com atenção.

Quando proclamarmos «Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro», devemos recordar aquilo que estamos a afirmar.

Não são palavras antigas sem relação com a nossa vida. São o fundamento da nossa fé.

3. Adorar Cristo na Eucaristia.

A adoração eucarística ajuda-nos a compreender que Jesus não é simplesmente alguém que

admiramos.

É o nosso Senhor.

Diante do Santíssimo Sacramento podemos reconhecer a nossa pequenez, agradecer a sua entrega e renovar a nossa confiança n'Ele.

4. Contemplar a humanidade de Cristo.

Não devemos estudar a sua divindade esquecendo a sua humanidade.

Contemplemos o seu nascimento, a sua vida oculta em Nazaré, a sua pregação, os seus milagres, a sua agonia no Getsémani e a sua morte na cruz.

O mesmo Deus que sustenta o universo quis experimentar a nossa existência humana.

5. Aprender a distinguir entre fé e opiniões pessoais.

Numa época de abundante informação religiosa, é importante recorrer ao Catecismo, à Sagrada Escritura e aos ensinamentos do Magistério.

Nem toda a interpretação que encontramos na internet representa a doutrina católica.

A identidade de Jesus Cristo é demasiado importante para ficar nas mãos de explicações improvisadas.

12. O mistério que devemos contemplar: Deus fez-Se homem por nós

Existe uma última dimensão desta verdade que merece uma reflexão especial.

Por vezes, estudamos a divindade de Jesus Cristo a partir de uma perspetiva exclusivamente intelectual: analisamos textos bíblicos, estudamos concílios, comparamos doutrinas e examinamos formulações teológicas.

Tudo isso é necessário.

Mas corremos o risco de esquecer que estamos a falar de um mistério de amor.

O Filho eterno de Deus não assumiu a nossa humanidade por necessidade.

Não precisava da nossa companhia, do nosso reconhecimento nem dos nossos louvores para ser eternamente feliz na comunhão trinitária.

Foi por amor que quis vir ao nosso encontro.

O prólogo de São João recorda-nos que o Verbo Se fez carne.

São Paulo ensina-nos que Cristo Se humilhou e aceitou a morte de cruz.

E o próprio Jesus, durante a Última Ceia, pronunciou estas palavras:

«Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelos seus amigos» (João 15,13).

Não estamos perante uma ideia abstrata.

Estamos perante o mistério de um Deus que nos ama até ao extremo.

Aquele que nasceu em Belém é o mesmo que criou as estrelas.

Aquele que chorou junto do túmulo de Lázaro é o mesmo que tem poder sobre a vida e a morte.

Aquele que foi açoitado e coroado de espinhos é o mesmo Senhor diante de quem os anjos se prostram.

Aquele que morreu na cruz é o mesmo que ressuscitou glorioso e vive para sempre.

E esse mesmo Jesus Cristo continua a chamar os homens à conversão, à fé e à santidade.

Conclusão: Jesus é o Filho de Deus porque é Deus desde toda a eternidade

Voltemos à pergunta inicial:

Jesus Cristo é o Filho de Deus ou é o próprio Deus?

A resposta da Igreja Católica é inequívoca:

Jesus Cristo é o Filho eterno de Deus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, segunda Pessoa da Santíssima Trindade, consubstancial ao Pai e nascido de Maria

segundo a sua humanidade.

Não é o Pai, mas é Deus.

Não é uma criatura, mas o Filho eterno.

Não é um homem que recebeu posteriormente a divindade, mas Deus Filho que assumiu a nossa natureza humana.

Esta é a fé que os apóstolos proclamaram, os Padres da Igreja defenderam, os concílios ecuménicos definiram e os santos transmitiram ao longo dos séculos.

Por isso, quando um católico olha para um crucifixo, não contempla simplesmente a execução de um homem inocente.

Contempla o Filho de Deus feito homem, que entregou livremente a sua vida pela nossa salvação.

Quando contempla o Menino de Belém, não vê apenas um recém-nascido.

Vê o Verbo eterno que entrou na história.

E quando se ajoelha diante do Santíssimo Sacramento, não se ajoelha diante de um símbolo vazio, mas diante de Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, realmente presente na Eucaristia.

Talvez a melhor maneira de terminar esta reflexão seja regressar às palavras de São Tomé que, depois do seu encontro com Cristo ressuscitado, pronunciou uma das mais belas confissões de fé de toda a Escritura:

«Meu Senhor e meu Deus!» (João 20,28).

Que estas palavras não sejam apenas uma frase que repetimos, mas uma verdadeira profissão de fé.

Porque acreditar que Jesus é Deus não significa apenas aceitar uma definição doutrinal.

Significa reconhecê-Lo como Senhor da nossa existência, confiar-Lhe a nossa vida, obedecer aos seus mandamentos, receber a sua graça e caminhar rumo à santidade.

Jesus não é simplesmente alguém que nos fala de Deus. Jesus é Deus que veio à nossa procura.

E essa é, precisamente, a extraordinária notícia que o cristianismo anuncia ao mundo há dois mil anos.

Fontes doutrinais e bíblicas para aprofundar

- **Sagrada Escritura:** João 1,1-18; João 8,58; João 10,30; João 14,6-11; João 20,28; Filipenses 2,6-11; Colossenses 1,15-20; Hebreus 1,1-12.
- **Catecismo da Igreja Católica:** números 422-455 (Jesus Cristo, Filho único de Deus); 456-483 (a Encarnação, verdadeiro Deus e verdadeiro homem).
- **Concílio de Niceia (325):** profissão de fé sobre a divindade e a consubstancialidade do Filho.
- **Concílio de Éfeso (431):** doutrina sobre a maternidade divina de Maria.
- **Concílio de Calcedónia (451):** definição das duas naturezas de Jesus Cristo na única Pessoa do Verbo.
- **Santo Inácio de Antioquia:** Carta aos Efésios.
- **Santo Atanásio de Alexandria:** Sobre a Encarnação do Verbo.

Para aprofundar a definição de Niceia e o seu significado, também é especialmente útil a catequese de São João Paulo II, de 9 de março de 1988, sobre as definições conciliares da fé em Jesus Cristo.